



## Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil<sup>1</sup>

*Reprimarization without industrialization, a structural crisis in Brazil*

**Pierre Salama<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente texto apresenta uma interpretação da crise brasileira atual a partir de uma análise mais abrangente, tanto no que diz respeito à interação entre os fatores externos da crise, especificamente a forma de inserção na divisão internacional do trabalho e suas consequências sobre estrutura produtiva, quanto em relação aos efeitos distributivos decorrentes. Demonstra-se o quanto a alta cotação das matérias-primas e a consequente reprimarização da economia implicaram um processo de desindustrialização e diminuição dos salários reais, apesar do aumento da produtividade nos setores exportadores. O artigo aponta ainda o quanto seria possível privilegiar o mercado interno, possibilitando uma melhoria na redistribuição de renda. A crise se revela tanto como esgotamento de um modelo de crescimento rentista e associado à reprimarização, quanto sua diferença em relação a uma verdadeira política de esquerda. Esta teria de ser baseada no reconhecimento de que a riqueza advém exclusivamente do trabalho e, portanto, no reconhecimento de que as políticas sociais têm que atuar sobre a relação capital/trabalho e não em termos de discriminação em termos de faixas de renda.

**Palavras-chave:** Crise estrutural – Brasil. Desindustrialização e reprimarização – Brasil. Crise econômica – Brasil. Legitimidade governamental – Brasil.

**Abstract:** This paper presents an interpretation of the current crisis in Brazil based on a more comprehensive analysis, in relation to both the interaction between the external factors of the crisis, specifically the means by which they impact on the international division of labour and the consequences for the production structure, and their resulting distributional effects. It shows how the high price of raw materials and the consequent reprimarization of the economy implies a process of deindustrialisation and declining real-term wages, despite the growth of productivity in the export sector. The article also points out how it would be possible to favour the internal market, enabling an improvement in the redistribution of income. The crisis is revealed to be as much an exhaustion of a rentier growth model associated with reprimarization as it is a divergence from real left-wing policies. This would have to be based on the recognition that wealth arises exclusively from work and, therefore, the recognition that social policies have to act on the capital/labour relationship and not in terms of decriminalisation in relation to income levels.

**Keywords:** Structural crisis - Brazil. Deindustrialization and reprimarization – Brazil. Economic crisis – Brazil. Governmental legitimacy - Brazil.

*Submetido em: 19/4/2016. Aceito em: 18/8/2016.*

**A** crise profunda que o Brasil enfrenta desde 2015 não é somente econômica, mas também é política por três motivos. O primeiro por conta da mentira original na campanha eleitoral de 2014. Negando a crise que se avizinhava, Dilma Rousseff construiu sua campanha eleitoral baseada em uma denúncia virulenta contra o neoliberalismo de seu adversário para

<sup>1</sup> Tradução de Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de Mendonça, doutor em Economia, docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade do Espírito Santo (Vitória, ES, Brasil).

<sup>2</sup> Professor emérito, Universidade Paris XIII (Paris, França). 99 Avenue Jean Baptiste Clément, 93430 Villetaneuse, França. Página web: <http://perso.wanadoo.fr/pierre.salama/> e depois de 2014: <http://brics.hypotheses.org>. E-mail: [pierre.salama@univ-paris13.fr](mailto:pierre.salama@univ-paris13.fr).

aplicar a própria política do adversário, e em seguida a sua posse para o segundo mandato... sem sequer um parêntese que lhe permitisse tomar algumas medidas relacionadas com suas promessas. O segundo motivo é a força da crise e de suas consequências sociais. O terceiro é a corrupção revelada com força pelo escândalo da Petrobras (dita operação lava-jato), que atingiu o conjunto dos partidos políticos e seus altos escalões, dentre eles alguns do Partido dos Trabalhadores (PT). A credibilidade política decorrente da legitimidade da presidente recentemente reeleita cai rapidamente e se encontra em um nível extremamente baixo. Esta crise política provoca um esgarçamento no interior do PT, com dificuldades crescentes para manter a coalisão e poder governar, maiorias incontroláveis na Câmara, que tornam as decisões tomadas pouco coerentes, quaisquer que sejam suas orientações. Desse modo, ao déficit de legitimidade acrescenta-se um déficit de racionalidade. No final, as medidas liberais decididas perdem sua coerência, agravando a crise que criaram. Portanto no Brasil a crise é econômica e ao mesmo tempo política, uma alimentando a outra, e vice e versa. Trata-se de uma crise estrutural, podendo degenerar uma crise institucional.

No início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a nomeação de um banqueiro para um posto chave da economia não poderia ser questionada por seus adversários, dado que seu programa seguia os cânones do neoliberalismo. A alta da taxa de juros (Selic) - "justificada" por conter a inflação, apesar de sua aceleração não ser devido a um excesso de demanda, mas sim consequência da alta intempestiva dos preços dos serviços públicos e da inflação importada a partir de uma mega depreciação da taxa de câmbio - enriqueceu os banqueiros, teve pouco efeito sobre a alta dos preços, pressionado o déficit orçamentário, transformando uma crise econômica numa grande crise política e social. Os gastos públicos, além daqueles consagrados ao serviço crescente da dívida interna, resistiram à baixa, já as receitas continuaram a diminuir dado o agravamento da crise, apesar dos novos impostos anunciados. No final, o déficit orçamentário cresceu ao invés de baixar conforme prometido.

O governo sofre então um déficit de legitimidade e um déficit de racionalidade, no sentido de Habermas, um alimentando o outro. O déficit de racionalidade traduz-se pela incapacidade de conduzir uma política econômica coerente, qualquer que seja. Diversas medidas foram postas em prática enquanto a política neoliberal se impunha, seja por conta de uma maioria etérril, seja porque Dilma se opunha, remando contra a maré, face à resistência no seio de seu partido e ao descrédito popular crescente. Assim, se o aumento do salário mínimo foi mais elevado do que seu ministro preconizava, uma medida de desindexação das aposentadorias em relação ao salário mínimo, desejada pela corrente neoliberal, mesmo que parcial, possibilitou uma drástica diminuição no montante das aposentadorias. Reduziu-se, dessa forma, um déficit orçamentário gigantesco. Passos hesitantes, um ir e vir moderado só provocaram descontentamento sem apresentar os efeitos esperados. Neste sentido, o Brasil sofre de um déficit de racionalidade em sua política neoliberal, mesmo se hoje, desde março de 2016, observamos um aumento das exportações. O retorno dos superávits na balança comercial foram produzidos por um crescimento das exportações, enquanto ao longo de 2015 eles foram produzidos por uma redução das exportações em menor ritmo que a redução das importações. Além disso, nota-se desde abril de 2016 uma diminuição na alta de preços, provavelmente em razão da leve (re) apreciação da moeda nacional e à diminuição da demanda provocada pelo aumento do desemprego e a evolução desfavorável das rendas de salários.

## 1 Uma crise anunciada, porém negada por muito tempo

A alta da cotação das matérias-primas e o aumento dos volumes exportados modificaram a restrição externa. Esta pesa menos do que no passado, sendo que este novo contexto é conhecido por "de vento em popa". Este vento favorizou:

- 1) um crescimento mais elevado que aqueles dos anos 1990;
- 2) um processo de desindustrialização;
- 3) uma inserção na divisão internacional do trabalho baseada em produtos cuja intensidade tecnológica é cada vez menor (com excessão de alguns setores como o da aeronáutica), acarretando desde 2008 um déficit na balança comercial em termos de produtos industriais, transformando-se rapidamente em um fosso, que cada vez menos chegava a cobrir o excedente proveniente da venda de matérias-primas;
- 4) Enfim, na indústria uma defasagem entre a demanda e a oferta de mão-de-obra: as demandas de trabalho qualificado por parte das empresas diminuíram em termos relativos, enquanto a oferta de mão-de-obra qualificada aumentava graças aos esforços realizados na educação (prolongamento da quantidade de anos escolares).

Este "vento em popa" permitiu um aumento do salário mínimo e dos salários em geral, mas também um crescimento importante das políticas sociais, o que é positivo e coloca em questão a oposição em suas tentativas de destituir a Presidente. No entanto, este "vento em popa" também favoreceu comportamentos mais ou menos oportunistas por parte dos diferentes governos, comportamento que hoje se paga por meio da chegada de uma crise econômica profunda. Os governos de Lula I e II e de Dilma I não promoveram reformas estruturais como aquela com o objetivo de construir um sistema fiscal progressivo, evitando desse modo conflitos políticos difíceis de administrar. Ao contrário, adotaram uma política econômica limitando a renda de 95% da população, diminuindo bastante a pobreza graças a um aumento considerável do salário mínimo e a um peso crescente da política social, ao mesmo tempo que permitia também o crescimento da participação na renda nacional dos 5% mais ricos, ao contrário dos discursos oficiais. A política em favor das categorias pobres e modestas foi possível por conta do *boom* das matérias-primas e da entrada considerável de capitais, que aliviava a restrição externa permitindo que o crescimento da demanda fosse satisfeito através do aumento das importações de produtos manufaturados, dado que a produção nacional não podia satisfazê-la. A diminuição do crescimento econômico, posterior à crise, inseriam-se num regime de crescimento centrado na reprimarização da economia e na entrada de capitais. A queda na cotação das matérias-primas só fez precipitar uma crise latente. O oportunismo dos governos foi o de acreditar que "o que tinha funcionado" poderia durar, não sendo necessário tocar nos conflitos de classe para preparar o futuro.

Quando comparamos o crescimento obtido por ocasião do último ano dos mandatos sucessivos de Cardoso e Lula, observamos que com Cardoso ele foi menor (0,3% em 1998 a 3,1% em 2002) quando comparado com Lula (4% em 2006 e 7,5% em 2010), segundo dados do IBGE. A taxa de desemprego foi também mais elevada com Cardoso. No entanto, exceto em 2009 (ano da crise), o crescimento é levemente elevado entre 2004 e 2011, e seguido de uma diminuição considerável a partir de 2012 e da crise aberta de 2015. A taxa de investimento mostra-se modesta, em torno de 20 % do PIB, e diminui consideravelmente em 2015 (18,2%).

Em 2015, o PIB per-capita diminuiu 4,6%. No entanto, em uma crise, as categorias sociais não sofrem com a mesma intensidade, bem ao contrário. A dispersão em torno da média se acentua em período de crise, o que em termos claros quer dizer que os que mais sofrem numa crise são aqueles cujas rendas são mais modestas e que os mais ricos dentre os ricos possam, ao contrário, obter uma melhoria absoluta e relativa de suas rendas. De qualquer modo, as desigualdades e a pobreza se acentuam e uma das conquistas do período Lula, a diminuição da pobreza, foi desde então fortemente questionada.

**Tabela 1 - crescimento do PIB por habitante, de 1991 à 1999 em termos reais (%)**

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
-0.6	-1.8	3	4.7	2.7	1.1	1.7	-1.2	-0.3

Fonte: CEPAL: Balanço preliminar das economias da América Latina e Caribe, dólar a preços constantes de 1995.

**Tabela 2 - Crescimento do PIB e do PIB per capita, 2000 a 2015, em termos reais (%)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	4.4	1.4	3.1	1.1	5.8	3.2	4	6.1	5.1	-0.1	7.5	3.9	1.9	3	0.1	-3.8
PIB/t	2.8	0.0	1.7	-0.2	4.4	2	2.8	4.9	4	-1.2	6.5	2.9	1	2.1	-0.8	-4.6

Fonte: BACEN, IBGE.

## 2 Uma desindustrialização precoce

O crescimento mais elevado ocorreu em detrimento da indústria. A produção industrial se estagna - no início de 2014 ela se encontra no nível de 2002 - despencando com a crise.



Fonte: arta IEDI, n 722, 2016, IBGE, pesquisa mensal.

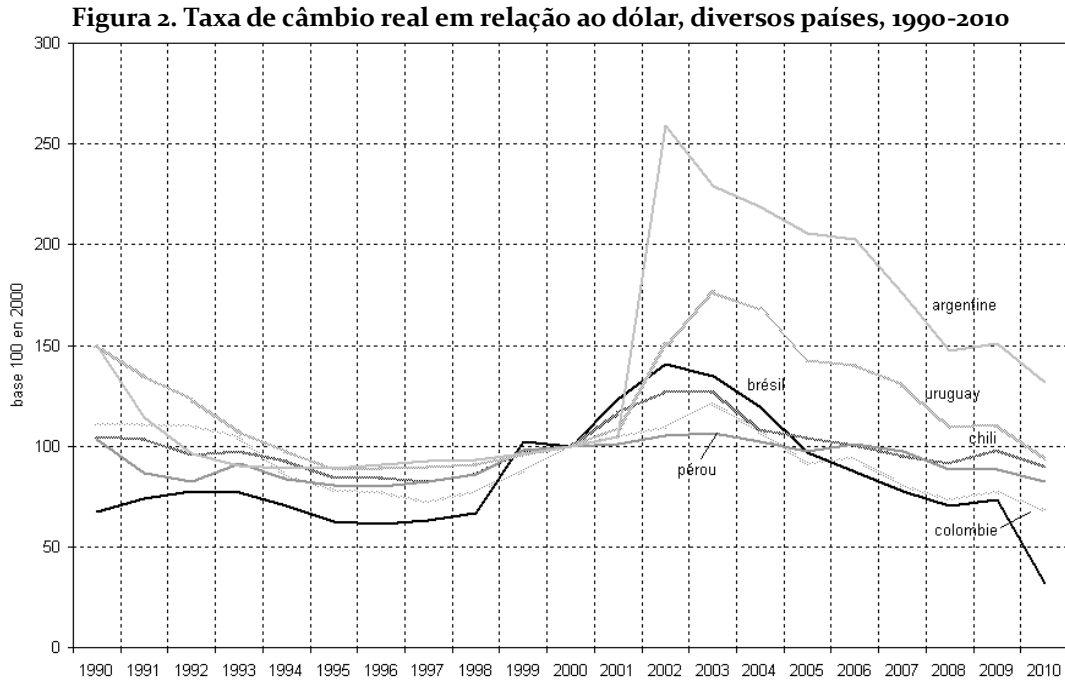
Após um certo estágio de desenvolvimento, é comum constatar uma diminuição relativa da participação do setor industrial no PIB em benefício dos serviços, sem que por isso haja necessariamente uma desindustrialização. O termo desindustrialização em geral é reservado para uma baixa absoluta do valor adicional da indústria e/ou para uma redução relativa do peso da

indústria nacional na indústria mundial considerando uma economia aberta. Na América Latina, esse fenômeno tende a se impor bem mais cedo do que nos países avançados, justificando-se o qualificativo "precoce", utilizado quando a renda per capita no início do processo de desindustrialização corresponde à metade daquela dos países avançados. A participação da indústria de transformação brasileira na indústria de transformação mundial (em valor adicionado) é de 1,8% em 2005 e de 1,7% em 2011, após ter alcançado 2,7% em 1980, segundo o banco de dados da UNCTAD de 2013. Segundo a mesma fonte, na China, essa parte era de 9,9% em 2005 e de 16,9% em 2011. Portanto, ela diminuiu relativamente no Brasil, ao mesmo tempo que aumentou significativamente na China. No Brasil, as exportações de produtos manufaturados regredem em termos relativos, passando de 53% do valor das exportações em 2005 para 35% em 2012, em benefício das exportações de matérias primas agrícolas e minerais. Somente a partir de fevereiro de 2016 é que essas exportações voltam a crescer após a forte desvalorização e à queda das cotações das matérias-primas.

No Brasil, além do sucesso de alguns setores industriais como o da aeronáutica, de certa forma o setor automobilístico e a indústria petrolífera, a desindustrialização se desenvolveu nos anos 1990 e acentuou-se nos anos 2000, com uma perda relativa de competitividade na indústria de transformação, a qual se juntam infraestruturas de transportes deficientes (estradas de ferro, instalações portuárias e aeroportuárias, estradas) e capacidade energética insuficiente.

A competitividade da indústria depende fundamentalmente de três variáveis e da respectiva evolução de cada uma: a taxa de câmbio real do real em relação ao dólar, o nível de salário e a produtividade do trabalho. Juntas, essas três variáveis medem o custo unitário do trabalho e sua evolução. A média dos dados nem sempre são pertinentes, mas são os dados disponíveis. A dispersão em relação à média é particularmente elevada nas economias semi-industrializadas como a brasileira, isto é: os níveis de produtividade são muito distintos segundo o setor e no interior de cada um deles, assim como os salários variam segundo o tamanho da empresa, e a informalidade ou não dos empregos de qualificação equivalente. A taxa de câmbio influencia principalmente os setores mais expostos, porém de forma diferente de acordo com o grau de relevância das importações no processo produtivo. De qualquer modo, a longo prazo, a taxa de câmbio se apreciou muito, o custo de mão-de-obra cresceu significativamente, principalmente da mão-de-obra pouco qualificada e onde a produtividade cresceu pouco. Isto ocorreu principalmente na indústria, passando do índice 100 em março de 2002 para um pico de 115,3 em setembro de 2013, caindo para 105,6 em dezembro de 2015 (IBGE). O conjunto dessa evolução é prejudicial à competitividade, favorece uma desindustrialização *via* diminuição da rentabilidade no setor exposto à concorrência internacional e constitui, ao fim e ao cabo, um indicador de crise potencial.

A apreciação da moeda em relação ao dólar é generalizada na América latina nos anos 2000 e por longos períodos. No entanto, ela é particularmente alta no Brasil. Por conta da apreciação da taxa de câmbio e da alta dos salários reais em moeda nacional nos anos 2000, os salários expressos em dólar aumentaram ainda mais rápido e comprometeram a produtividade do país. Assim, segundo o relatório econômico da OCDE de 2013 sobre o Brasil, os salários reais em dólares no Brasil passaram de 4,35 dólares em 2000 para 8,44 dólares em 2006 e 11,65 dólares em 2011. Em termos de comparação, o salário real era 6,48 dólares no México e 9,34 dólares em Taiwan, em 2011.



Fonte: Frenkel e Rapett (2011): A principal ameaça na América Latina na próxima década: fragilidade externa ou reprimarização? Working paper, CEDES (p. 20, 1-30) p.15. Afim de facilitar a leitura do gráfico, relembramos que uma curva decrescente significa uma apreciação a moeda nacional. As taxas de câmbio são expressas em termos reais, afim de considerar os diferenciais de inflação em relação aos Estados Unidos.

No Brasil, a apreciação da moeda nacional em relação ao dólar, a forte alta dos salários, a progressão da produtividade do trabalho muito baixa (27%, ou seja 2,2% em média anualizada entre 2002 e 2012), resultaram em um aumento do custo unitário do trabalho expresso em dólar, de 15,8% também entre 2002 e 2012 e para o conjunto da economia, segundo BBVA Research (documento de trabalho 14/10, março de 2014). No que diz respeito à indústria de transformação, os preços das importações de bens de consumo, de bens intermediários e de bens de equipamento aumentam menos rapidamente que o custo unitário do trabalho, devido ao fraco aumento da produtividade do trabalho.

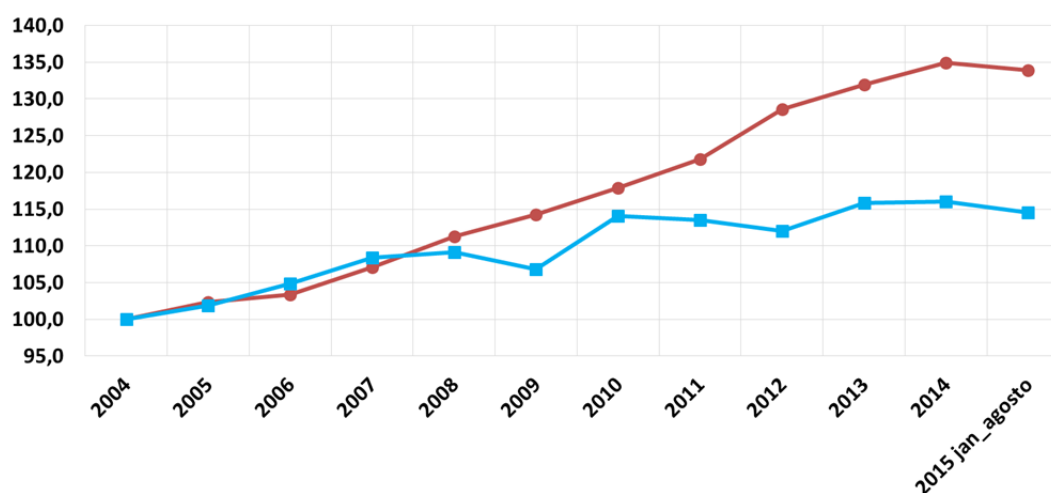
**Tabela 3: Taxa de crescimento do salário mínimo em termos reais 2000-2014**

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
5.5	8.9	-3.2	8.7	2.1	9.8	13.5	3.2	2.6	7.6	3	0.7	7.5	3	1	1

Fonte: IBGE Ministério do planejamento: segundo a lei, o salário mínimo é indexado às taxas de inflação do ano anterior e às taxas de crescimento dos dois anos anteriores.



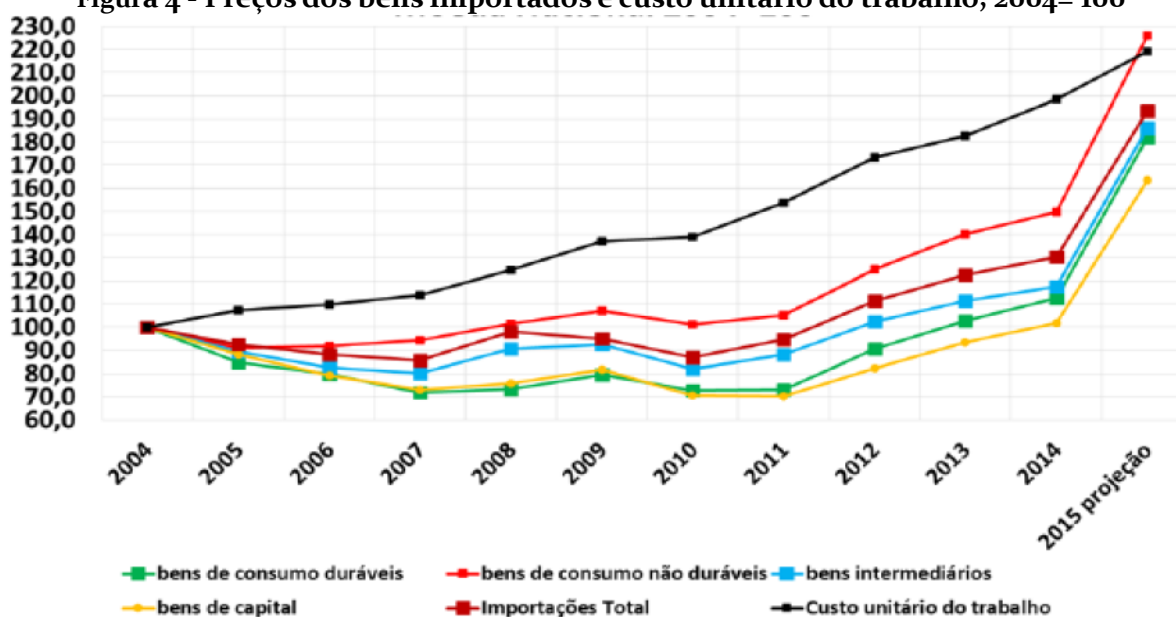
Figura 3 - Produtividade e salários reais na indústria de transformação, em média nacional



Fonte: CEMEC, nota 08/2015.

Legenda: Em vermelho: salário real por trabalhador. Em azul: produtividade do trabalho.

Figura 4 - Preços dos bens importados e custo unitário do trabalho, 2004= 100

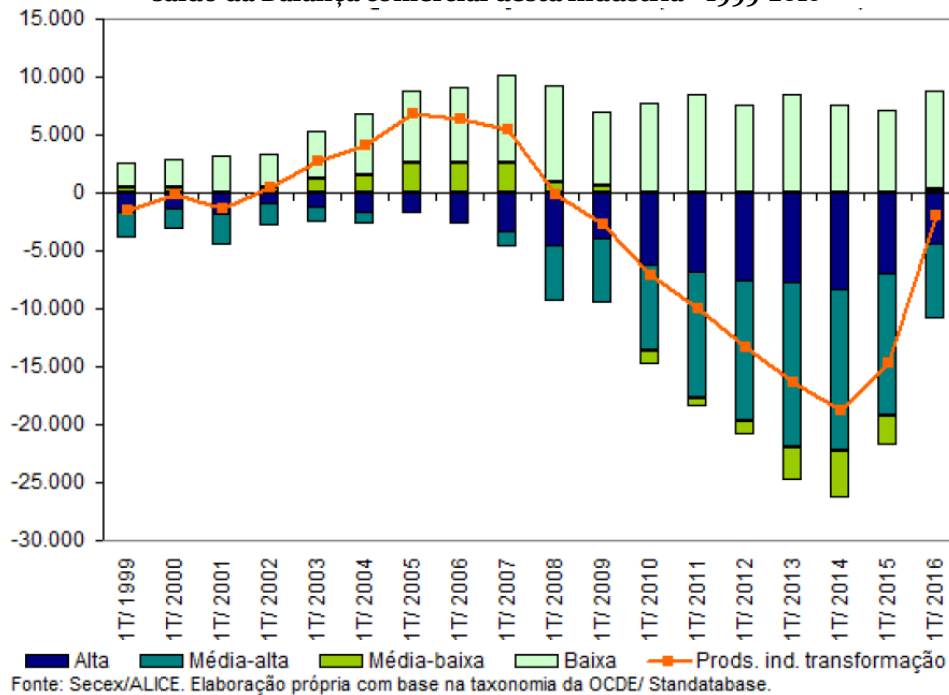


Fonte: FUNCEX, BACEN. Elaboração CEMEC.

Seria possível privilegiar o mercado interno graças a uma redistribuição das rendas. Esta não possibilitou um crescimento do mercado interno. A economia do Brasil de fato se reprimarizou, o peso das exportações dos produtos primários cresceram significativamente. A alta sustentada do salário mínimo e a diminuição do desemprego na primeira década do século XXI contribuíram muito para a diminuição da pobreza, o que do ponto de vista político deve ser creditado na conta dos governos de Lula 1 e 2 e de Dilma 1. No entanto, na falta de um aumento da produtividade do trabalho, decorrente de uma política cambial mais favorável às exportações do que as importações, esta alta dos salários traduziu-se em um forte aumento das importações. Este aumento foi tanto maior quanto mais sofisticado o produto, e em detrimento da produção local. Dessa forma, o *wage led* ao invés de estimular o mercado interno conduziu de 2008 a 2014 a um

déficit da balança comercial de produtos na indústria de transformação e a dificuldades crescentes para exportar produtos industriais mais ou menos sofisticados, como exposto nas publicações do IEDI. Foi apenas após 2014 que o déficit se reduziu, primeiro por conta de uma diminuição das importações superior à diminuição das exportações, e em seguida por um aumento das exportações devido à maxi-desvalorização da moeda nacional.

**Figura 5 - Indústria de transformação, exportações líquidas segundo a intensidade tecnológica e o saldo da Balança comercial desta indústria - 1999-2016**



O que o percurso econômico brasileiro ensina é que o mercado interno não é independente do mercado externo. Mais do que preconizar uma autarquia em um sistema cada vez mais globalizado, as restrições competitivas se impõem de modo mais ou menos rigorosas. O mercado interno não pode ser pensado sem considerar o modo de inserção da economia no contexto econômico mundial. Inserir-se por meio de rendimentos é perigoso. Os comportamentos rentistas predominantes não deixam ou pouco deixam possibilidades de reação em caso de reviravolta nos rendimentos. Sem ser a única, a verdadeira riqueza advém do trabalho e de sua exploração. Inserir-se na divisão internacional do trabalho de modo dinâmico, a saber, por meio de produtos com forte potencial de crescimento, passa por uma intervenção do Estado, um protecionismo temporário e seletivo, uma recusa à submissão cega às leis de mercado.

## II - A crise econômica e o déficit de racionalidade alimentado pelo déficit de legitimidade

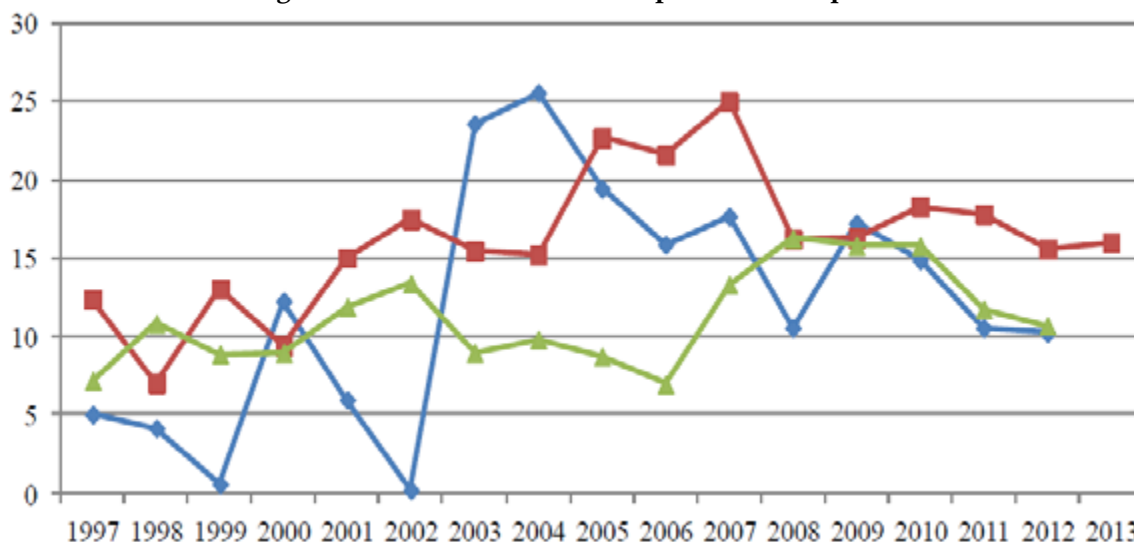
Mercado interno e mercado externo estão interligados, dependentes um do outro *via* intervenção do Estado. Seria importante que a alavanca das matérias primas favorecesse um questionamento da lógica das economias rentistas. Também seria importante que houvesse uma política ativa para neutralizar a apreciação da moeda; para instituir uma reforma fiscal que diminuísse as desigualdades de renda e melhorasse o poder de compra da população pobre, vulnerável e



das classes médias baixas (emergentes); e para financiar serviços públicos de qualidade (educação, saúde ...). Enfim, seria importante uma política industrial ativa do Estado visando a ajudar os setores de ponta, mais do que a política praticada que privilegiava a ajuda aos setores exportadores de matérias primas e as políticas de cunho clientelista.

Inserida num contexto de aumento do custo unitário do trabalho, a crise tem raízes mais distantes. Pode-se constatar analisando-se a rentabilidade das empresas. Esta rentabilidade diminui bem antes da baixa das cotações das *matérias primas*, sobretudo no setor da indústria de transformação.

Figura 6 – Taxa de retorno sobre patrimônio líquido



Fonte: CEMEC. Legenda: Em azul: indústria de transformação. Em vermelho: setor financeiro. Em verde: as 5 maiores empresas.

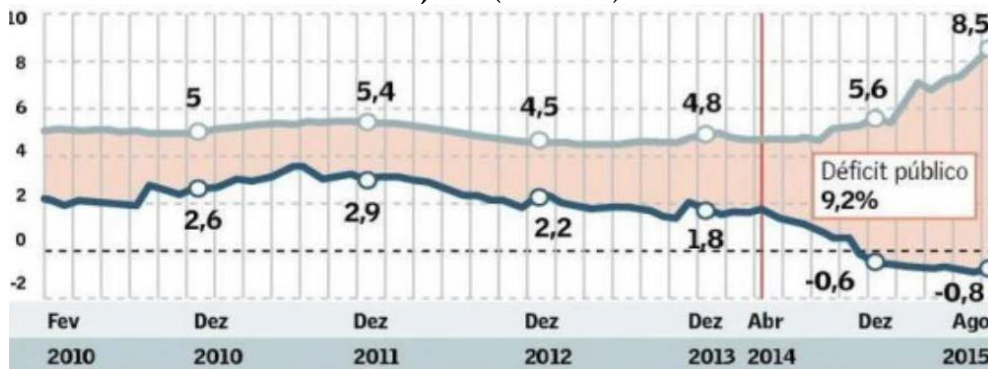
A crise anual traduz o esgotamento de um regime de crescimento rentista ligado à reprimarização e financiarização da economia e à incapacidade política de aproveitar essa fase *de bonanza para instituir políticas que poderiam ter preparado um outro futuro*. Aí está a consequência da ausência de reformas estruturais visando instituir um sistema fiscal que não fosse regressivo e uma política industrial menos clientelista. Tais reformas teriam provocado conflitos que os primeiros governos de Lula e de Dilma não estavam prontos para assumir. Se medidas adequadas não foram tomadas mais cedo foi porque elas suscitavam conflitos de interesses importantes. A política vis-à-vis à taxa de câmbio tinha seus *lobbies*, aqueles que recusavam uma verdadeira reforma fiscal estavam dentre eles, mais ou menos os mesmos, etc. O desaparecimento (temporário) da restrição externa nos anos 2000 tornou menos urgente levar a cabo essas reformas estruturais, permitindo contornar provisoriamente as contradições e possibilitando ao mesmo tempo a diminuição da pobreza e a multiplicação de milionários. Paga-se o preço hoje. O esgotamento do regime de crescimento baseado sobre a reprimarização e a financiarização mostra os limites do progressismo e a necessidade de uma política de esquerda, que não se reduza a uma simples redistribuição possibilitadas pelo alívio da restrição externa.

Hoje o preço pago por ela é elevado para o mundo do trabalho. Segundo o DIEESE, após as negociações salariais, os salários reais aumentaram em média 0,23% em 2015 enquanto em 1026

o aumento 1,66%. Quando analisamos os dados, constatamos que na indústria 45% dos aumentos encontram-se abaixo da alta dos preços (87,7% em 2010), 36% são equivalentes (7,8% em 2010) a esta alta e 19% (4,5% em 2010) estão abaixo da alta de preços, com os dados apresentando ligeira melhora no setor de comércio e serviços. Poderíamos pensar que, afinal de contas, a amplitude da crise e sua evolução não são catastróficas. Isto seria um erro. O desemprego de fato aumentou significativamente, Elevou-se à 95% da população ativa em janeiro de 2016. Segundo o IBGE, o desemprego cresceu em 43,2% entre novembro de 2014/janeiro de 2015 e novembro de 2015/janeiro de 2016, de modo que a renda real média caiu 2,4%, com as rendas diminuindo 3,1% no mesmo período. Esta baixa das rendas afeta mais particularmente os mais instruídos e os mais jovens. A criação líquida de empregos formais cai mais particularmente na indústria de transformação e na construção civil, e desde 2016 nos serviços e no comércio. Segundo pesquisa da PNAD, o percentual de empregos formais diminui no emprego total – passando de 39% em fins de 2013 para 38,4% em novembro de 2015 – após ter apresentado diminuição durante os dez anos que precederam a crise. A precariedade dos empregos criados aumentou até quando observamos uma redução da taxa de *turn over*.

A política de austeridade posta em prática desde o início do segundo mandato precipitou a crise. O déficit primário do orçamento, calculado antes do pagamento da taxa de juros, cresceu desde 2014 em decorrência dos efeitos da diminuição do PIB per capita sobre a arrecadação das receitas públicas. Ele aumentou significativamente em 2015 por dois motivos: pela queda contínua das receitas públicas, com o agravamento da crise, e pela quase impossibilidade de diminuição sensível das despesas públicas, dado que três quartos dela não podendo se alterar sem uma modificação na lei. O déficit se eleva a 2,11% do PIB em fevereiro de 2016, tornando ultrapassado o objetivo do governo de reduzi-lo sensivelmente O déficit orçamentário real aumenta para 10,75% do PIB em fevereiro de 2016. Ele cresceu de modo desmesurado com a decisão de aumento considerável da taxa de juros (SELIC), pela qual o governo contrai empréstimos para financiar seu déficit. A participação do serviço da dívida no orçamento cresceu significativamente a partir de então. O pagamento de juros aumenta para 8,64% do PIB em fevereiro de 2016 (tal participação tendo sido de 5% em 2014 e ... 2,3% no México em 2015), encontrando-se em ligeira baixa em relação a janeiro de 2016 graças à uma apreciação do real em relação ao dólar, afetando o valor dos rendimentos decorrentes dos juros de bônus subscritos no exterior.

Figura 7 - Déficit (superávit) primário orçamentário déficit orçamentário e taxa de juros (% do PIB)



Fonte: Banco Central.

Legenda: Em azul: excedente (déficit) primário; taxa de juros nominal (SELIC).  
Em rosa, déficit orçamentário.

Na verdade, esses dados subestimam a amplitude do déficit, já considerável. De fato, seria necessário levar em conta a amortização da dívida pública. Não o é sob o pretexto de que se trataria de uma despesa de capital e não de um fluxo. Se considerarmos essas amortizações, o serviço da dívida pública corresponderia a 45,11% do total das despesas públicas da União em 2104 – antes do aumento da taxa de juros – ou seja, mais que o dobro do montante destinado ao pagamento das F (21,73%), segundo o Senado Federal – Sistema Siga Brasil (elaboração: Cidadã da dívida, M. L. Fattorrelli e R. Avila).

O que quer que seja, se considerarmos somente os juros pagos, representaram 8,64% do PIB em fevereiro de 2016, uma porcentagem superior àquela despendida com aposentadorias. Portanto, dois pontos percentuais a menos que o déficit orçamentário. A solução também poderia ser relativamente simples: suprimir as aposentadorias, ou então, uma solução menos radical, aliviar bastante seu peso no PIB e no orçamento; seja operando a “eutanásia” dos rentistas, suprimindo o pagamento dos juros, ou menos radicalmente, diminuindo substancialmente a taxa de juros. Como parece, o estado atual da correlação de forças e da crise, que não seja possível vislumbrar uma redução da taxa de juros Selic, apesar de sua comprovada ineficácia, nem de vislumbrar um congelamento, ou mesmo uma “eutanásia dos rentistas”, preconizada por Keynes, mesmo que provisoriamente, resta a possibilidade de diminuir o peso do segundo item do orçamento, a saber, as aposentadorias. Foi ela a escolhida.

O sonho dos neoliberais é o de instrumentalizar a caça aos sonegadores para, em primeiro lugar, ir o mais longe possível em termos de alongamento do período de atividade, com argumentos relativamente convincentes. Isso por conta de que, comparado a outros países, a idade mínima para o início da aposentadoria no Brasil era relativamente mais benéfica (58 anos em comparação aos 64,2 anos em média nos países da OCDE), e que o peso das aposentadorias no PIB equivalia ao do Japão, embora a estrutura da pirâmide etária seja diferente, com a taxa ativos/inativos superior no Brasil. Em segundo lugar, diminuir a possibilidade de acesso das populações pobres aos benefícios sem que se tenha contribuído, o que implicaria imediatamente efeitos negativos sobre a pobreza. Em terceiro lugar, diminuir a revisão das aposentadorias proporcionais e sobretudo, em quarto lugar, desindexar as aposentadorias em relação ao salário mínimo. Este último podendo ser desindexado em relação à evolução dos preços (e do crescimento do PIB), o que não seria sem consequências sobre a pobreza. No atual contexto político esta última medida infelizmente não é mais possível.

## Conclusão

É urgente sair dessa “armadilha” (o famoso “Não há alternativa” de Thatcher) e imaginar soluções novas que sejam, ao mesmo tempo, soluções para a crise. Mas para vislumbrá-las é necessário ainda não negar tal crise econômica e mensurar tanto a gravidade dela quanto suas causas mais profundas. Dentre as diversas medidas que poderiam ser tomadas por um governo situado à esquerda, duas delas têm de ser remarcadas: primeiro, limitar a taxa de juros dada a impossibilidade de “eutanásia do devedor”, *com a votação de uma lei que limite o peso crescente do serviço da dívida externa nas despesas orçamentárias*. Esta lei permitiria evitar os efeitos devastadores sobre outras rubricas das despesas públicas no caso de serem constantes, tais despesas destinadas ao serviço da dívida interna aumentam desmesuradamente por conta de taxas de juros extremamente elevadas. Para isso, seria necessário fixar um limite do peso do serviço da dívida

nas despesas públicas, um pouco como fazem os norte-americanos com a restrição do legislativo ao diminuir as despesas quando a receitas diminuem. Isso foi decidido sob a presidência de Reagan nos Estados Unidos, com a lei “Gramm-Rudman-Holings” em 1985; segundo, proceder uma reforma fiscal profunda e, portanto, não se limitando a aumentos de impostos esporádicos. O sistema fiscal é regressivo, favorecendo os impostos indiretos, excetuando-se os dividendos desde 1995, fonte de enriquecimento dos mais ricos: 00,1% recebem uma renda equivalente a 964,5 vezes maior que a renda média, que corresponde a 4,8% da renda total e 1% dos mais ricos tem uma renda que corresponde a 26,6% da renda total em 2013. Uma reforma profunda permitiria ir na direção de um sistema fiscal progressivo, dinamizando o mercado interno. Evidentemente, tal reforma supõe assumir o conflito que sua implementação acarretaria. [...] nesse sentido as reformas estruturais não são técnicas, são sobretudo políticas.

A crise atual no Brasil revela ao mesmo tempo os limites de um regime de crescimento que, negligenciando a indústria em proveito das atividades primárias, favorece a redistribuição de rendas vis-à-vis as categorias mais pobres. Ela abre uma discussão sobre a diferença entre uma política progressiva e uma política de esquerda. Beneficiada pelo “vento em popa”, a política progressista adotada até o momento da crise pôde compatibilizar o enriquecimento dos mais ricos com a diminuição da pobreza. Evidentemente é melhor do que um governo que favorecia apenas os mais ricos. À esquerda pode significar que a riqueza advém do trabalho e, portanto, da produção; que as classes e grupos sociais se definem antes de tudo por seu posicionamento em relação às relações de produção e não pelas faixas de rendas. Velho debate expulso pela porta e que ... retorna pela janela.

A crise é política. A corrupção mina o conjunto dos partidos hoje renegados pelas próprias bases, a população. Esta é uma observação muito importante que se tem de fazer para quase todos os países latino-americanos. A corrupção não é mais considerada como uma fatalidade, ou mesmo uma acomodação às leis muito rígidas, à multiplicidade de partidos e à dificuldade de construir coalizões duráveis para governar. É um fato positivo. Quanto maior a crise mais a corrupção é rejeitada, ocasionando um custo social cada vez mais insuportável. No entanto, ela é também *instrumentalizada* pela oposição que, contando com o apoio dos principais meios de comunicação, só tem um sonho: marginalizar o PT e retomar o poder. Desse ponto de vista, *ela se assemelha com uma tentativa de “golpe de Estado mediático-jurídico”*. Portanto concentrar-se na defesa dos interesses econômicos (salário, aposentadoria, indexação, limites ao serviço da dívida ...), denunciando as manobras políticas da oposição e sua prática também corrupta, significa resistir ao crescimento do neoliberalismo e suas consequências nefastas para o mundo do trabalho.

## Referências

Ver as referências dos dados estatísticos no texto. Nós nos limitaremos aqui a um artigo recente onde se poderá encontrar uma bibliografia abundante.

SALAMA, P. Argentina, Brasil, México entran en la tormenta. ¿Quo vadis América Latina? 30 Jun. 2015. Herramienta, web, publié en français dans le site de la FMSH comme working paper: Available in: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01169987/document>>.

---

**Pierre Salama**

Professeur Emérito des Universités Centre d'Économie de Paris-Nord (CEPN, Paris, França).

---